

**ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA NA ZONA CANAVIEIRA DE
PERNAMBUCO: Monopolização das Usinas nos Territórios Camponeses.**

**ASSENTAMIENTOS DE LA REFORMA AGRARIA EM LA REGION DE CAÑA EM
PERNAMBUCO: La monopolización de los ingenios azucarero em los territorios
campesinos**

JOSÉ PLÁCIDO DA SILVA JÚNIOR (Comissão da Pastoral da Terra;
placidojunior@terra.com.br) e MARIA RITA IVO DE MELO MACHADO (UFPE e
Cátedra Gilberto Freyre; mariaritamachado@yahoo.com.br).

RESUMO

A expansão do setor sucroalcooleiro em Pernambuco se dá em terras “novas”, ou seja, nas terras antes plantadas de cana e hoje desapropriadas para a reforma agrária. Este fato está desvendando, ou tornando mais claro, a lógica da agricultura brasileira e a função dos projetos de assentamentos de reforma agrária. Este trabalho procura mostrar as contradições que estão ocorrendo nos assentamentos de reforma agrária na Zona da Mata de Pernambuco.

Palavras-chave: Assentamentos, latifúndio, cana-de-açúcar e reforma agrária.

RESUMEN

La expansión del sector sucroalcooleiro en Pernambuco se expande en tierras "nuevos", es decir, la tierra antes de plantar la caña de azúcar y hoy desapropriadas para la reforma agraria. Este hecho es descubrir, o hacerla más clara, la lógica de la agricultura brasileña y la función de los proyectos de los asentamientos. Este trabajo muestra la demanda de las contradicciones que se están produciendo en los asentamientos de la reforma agraria en la Zona da Mata, Pernambuco.

Palavras llaves: Assentamientos, latifúndio, caña e reforma agrária

Introdução

O setor canavieiro brasileiro a partir do início de 2000 vem passando por uma nova fase de expansão. Esse crescimento da produção de cana-de-açúcar, tem se dado em terras “novas”, remodelando as relações socioeconômicas e ambientais, no entanto, mantendo a lógica da acumulação do capital no campo. No caso Zona da Mata Pernambucana, o crescimento dessa produção de cana tem avançado nas áreas de assentamentos de reforma agrária, nas áreas de mangues, de Matas e sítios.

Visando compreender esta realidade, a respeito da expansão da cana-de-açúcar nas áreas de assentamento de reforma agrária na Zona da Mata de Pernambuco, buscamos analisar as seguintes questões: as influências das usinas nos assentamentos de reforma agrária, a atual lógica capitalista nos assentamentos e os impactos da expansão da cana na produção de alimentos dentro das áreas de assentamentos da região.

Para compreender melhor essas questões foram realizadas algumas etapas durante a pesquisa. A primeira consistiu em realizar um levantamento e uma leitura bibliográfica a cerca do tema e dos conceitos tratados na pesquisa, como os de território, região, reforma agrária, dentre outros.

O levantamento iconográfico foi contemplado através de mapas, cartas, fotografias e demais imagens referentes ao estudo. É válido salientar que a sua produção foi paralela as várias etapas do trabalho.

Uma outra etapa foi à visita a órgãos públicos, a exemplo do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco (CONDEPE/FIDEM), Secretaria Estadual de Agricultura e Reforma Agrária, a sede do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Mata (PROMATA) e a algumas prefeituras e suas secretarias, uma vez que esses órgãos de alguma forma intervêm ou possuem alguns dados quantitativos e qualitativos sobre alguns dos assentamentos que foram e ainda estão sendo estudados.

Foram feitas visitas também, as sedes dos movimentos sociais rurais como: Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), Comissão da Pastoral da Terra (CPT), Federação dos Trabalhadores Agrícolas de Pernambuco (FETAPE) e

Federação Nacional dos Trabalhadores e trabalhadoras na agricultura familiar no Brasil (FETRAF).

Ocorreram ainda reuniões com professor do curso de estatística da Universidade Federal de Pernambuco, Prof. Dr. Cristiano Ferraz. Este veio auxiliar na elaboração do questionário, sua aplicação e na compreensão dos resultados obtidos nos questionários.

Foram também realizados trabalhos de campo nos 47 assentamentos sorteados de um universo de 147 assentamentos, da Zona da Mata e Região Metropolitana do Recife, onde foram aplicados um total de 362 questionários. Foram também realizadas entrevistas com assentados produtores e não produtores de cana, com líderes dos assentamentos e representantes dos movimentos sociais responsáveis por alguns dos assentamentos. Todas essas etapas foram indispensáveis, pois, nos permitiu a elaboração de dados quantitativos e qualitativos a respeito do cenário da Região.

Panorama geral da Zona da mata Pernambucana

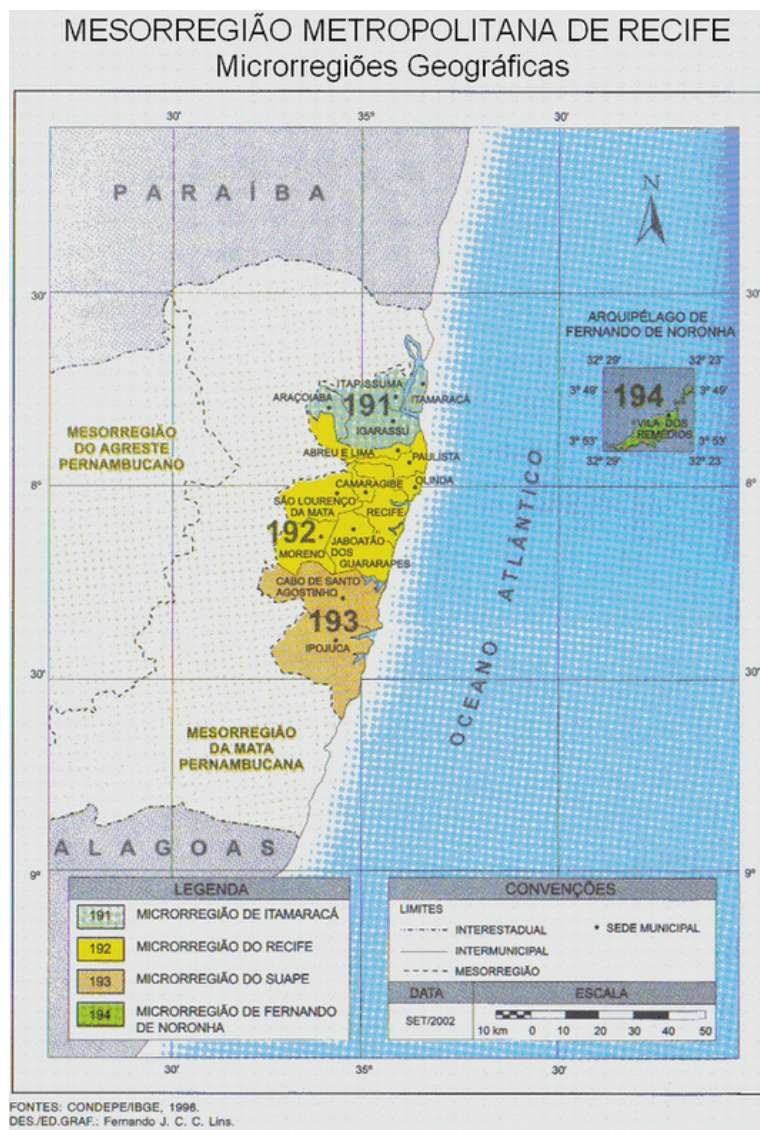
O estado de Pernambuco possui uma área total de 98.331,616 km² e é composto de 185 municípios, perfazendo um total de 8.485.386 habitantes (Fonte: IBGE/2007). Sua participação no PIB (Produto Interno Bruto) da região Nordeste é de 18%, ficando atrás apenas da Bahia, com 32% (Fonte: IBGE/2005).

É neste estado, subdividido em cinco mesorregiões (do Sertão Pernambucano, do São Francisco Pernambucano, do Agreste Pernambucano, da Mata Pernambucana e Metropolitana do Recife) que se tem uma das maiores tradições da cultura da cana-de-açúcar do país. Tal produção remonta desde o período colonial, tendo sido este Estado, inclusive, o maior produtor nacional até a década de 70¹.

A atividade canavieira se concentrou, desde o período colonial, no Litoral, próximo dos locais de exportação do açúcar, - o porto - principal produto da colônia da época. Em função do processo de urbanização da Região Litorânea, a produção de cana-de-açúcar foi se afastando das áreas mais próximas do porto do Recife, porém, se expandindo por outras áreas da mesorregião da Mata Pernambucana, que possui

¹ ANDRADE E ANDRADE. A cana-de-açúcar na Região na Mata Pernambucana. Reestruturação Produtiva na Área Canavieira nas décadas de 80 e 90: Impacto Ambiental, Sócio-Econômico e Político.

hoje um total de 43 municípios. Esta mesorregião, palco do nosso estudo, é subdividida em três microrregiões: a da Mata Setentrional, Meridional e de Vitória de Santo Antão (Atlas escolas de Pernambuco: Espaço geo-histórico e cultural), que juntas fazem limites com a Mesorregião Metropolitana do Recife a Leste e com a Mesorregião do Agreste a Oeste.



É nessa faixa da Zona da Mata, que possui elevadas taxas pluviométricas anuais, que se encontra a Mata Atlântica. Este bioma foi inclusive o responsável pela denominação “Mata” da Região. No entanto, essa vegetação original foi substituída

pela cana-de-açúcar, por imposição dos colonizadores europeus ainda no século XVI, objetivando atender as necessidades do mercado externo.

Sobre a modificação da paisagem da Zona da Mata pernambucana Josué de Castro comenta:

“poucas regiões no mundo se prestam tão bem para um ensaio de natureza ecológica como a do Nordeste açucareiro, com sua típica paisagem natural, tão profundamente alterada, em seus traços geográficos fundamentais, pela ação humana. Com seu revestimento vivo quase que completamente arrasado e substituído por um outro inteiramente diferente.” (CASTRO, Josué. Geografia da Fome - o dilema brasileiro: pão e aço).

No tocante da paisagem e relacionando a topografia com a formação vegetal da Zona da Mata, ANDRADE afirma que essa região é quase toda localizada:

“entre o planalto da Borborema e o Oceano Atlântico, e os tabuleiros ficam ilhados em porções da “formação barreiras” que se estende a pouca distância do litoral, entre as cidades de Goiana e Recife. Ao sul do Estado, quando a encosta da Borborema se apresenta com direção aproximadamente Nordeste - Sudoeste, a mata é exuberante e sobe as encostas até altitudes mais elevadas. Só naqueles pontos em que a encosta se acha resguardada da influência dos ventos alísios, como ocorre em Limoeiro, é que os papéis são invertidos: lugar de a mata subir a encosta, é a caatinga que desce até às chãs e colinas situadas ao sopé da Borborema.” (ANDRADE, M.C.. A terra e o homem do Nordeste. P.39).

Na topografia da Zona da Mata é válido salientar que esta é caracterizada pelo domínio de “mares de morro”, ou seja, o seu terreno é acidentado, com declividade acima dos 45 graus, não sendo ambientalmente adequada para os monocultivos e dificultando a penetração da mecanização do corte.

Formação Histórica e a Cana na Região da Zona da Mata

A cana-de-açúcar chegou ao Brasil nos primeiros anos da colonização, - meados do século XVI – tendo se tornado o principal elemento da economia da colônia, visando atender aos interesses e demandas da metrópole.

Os Engenhos, nome na qual se chama até os dias atuais no Nordeste brasileiro, era a unidade produtiva da cana-de-açúcar. No primeiro momento, o Nordeste e em especial a capitania de Pernambuco se apresentou como uma Região propícia para o desenvolvimento da cultura da cana, devido à maior proximidade do mercado europeu e pelos solos férteis e clima úmido. A Região se tornou referência na produção de açúcar no Brasil. Tal fase histórica ficou conhecida como o "ciclo do açúcar" e teve início em meados do século XVI, se estendendo por todo o século XVII.

A exploração desse cultivo se formou com base no tripé, latifúndio, monocultivo e escravidão no sistema conhecido como *plantations*. No Nordeste, este formato se dava, em propriedade familiar de grandes extensões de terra, em regime de latifúndio.

A exploração da cana se deu com a mão de obra escrava, indígena e especialmente negra, até o final do século XIX. A transição para o regime de assalariamento foi socialmente imperfeita e injusta e não estaremos errados em dizer que ela foi incompleta, pois, ainda encontramos no Brasil pessoas trabalhando sobre esse regime no corte da cana, como foi possível constatar na usina Pagrisa em 2007. Nesta usina foi feita *a maior libertação de trabalhadores já feita até hoje pelo Grupo Móvel do TEM (1.064 pessoas) localizada no município de Ulianópolis que tem a maior plantação do estado.*²

O Histórico auxílio do Estado a Indústria Canavieira

A indústria canavieira desde sua fase germinal teve um intenso apoio do Estado, sobretudo como agente de financiamento, de protecionismo e de concessão de subsídios. Tal característica somente começou a ser remodelada na década de 1990.

² <http://ces.fgvsp.br/index.cfm?fuseaction=noticia&IDnoticia=135574&IDidioma=1> (10/11/2008)

Os usineiros sempre tiveram grande influência e controle do Estado, através do domínio das instâncias do poder local, regional e nacional.

Para planejar e direcionar o setor, após a crise de 1929, o Governo Federal criou uma autarquia denominada Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA). Dentre suas atribuições estava o papel de controlar a produção de açúcar, implantar a expansão da produção de álcool, ampliar e modernizar tecnologia do setor, assim como proporcionar o aumento no volume das exportações brasileiras de açúcar e do álcool. Essa autarquia governamental foi responsável por todas as políticas públicas, pelos subsídios, pela comercialização interna e pela exportação do açúcar por quase 60 anos.

Na década de 70, a crise energética mundial, conhecida como “choque do petróleo”, foi um fator internacional fundamental para a criação do Programa Nacional do Alcool (Proálcool), em 1975. Ao mesmo tempo que tal programa gerou importantes mudanças na tecnologia e no perfil da industrialização da cana no Brasil, provocou também graves efeitos negativos na questão social e no meio-ambiente.

Em Pernambuco, segundo a FETAPE, mais de 40 mil sítios foram destruídos durante os primeiros cinco anos do Proálcool, causando a expulsão dos camponeses para a periferia das cidades, as popularmente chamadas “pontas de ruas”. Foi justamente nesse período, que houve um aumento da destruição da já fortemente devastada Mata Atlântica, para ceder lugar ao monocultivo extensivo e latifundiário da cana.

A Crise do setor canavieiro na década de 1990

Após quase quatro séculos de atuação intervencionista, o Estado brasileiro iniciou uma nova política para a atividade agroindustrial canavieira com a extinção do IAA, no começo da década de 1990. Este novo modelo de política pública para o setor sucroalcooleiro no Brasil, fez com que o Estado de Pernambuco sentisse os efeitos da política neoliberal através do seguinte cenário. Das 43 usinas que havia no Estado, restaram apenas 26. Soma-se a isso o fato que do ponto de vista natural, o estado se deparou com uma grande seca que se prolongou por vários anos e que *apesar de prevista pelos institutos de pesquisa, não foram tomadas precauções.*³

³ ANDRADE, Manoel Correia e ANDRADE, Sandra Correia. A Cana-de-açúcar na Região da Mata Pernambucana.2001.

A expansão agrícola indiscriminada e sem disciplinamento em toda a zona da mata acabou por engolir também os engenhos, como comenta ANDRADE:

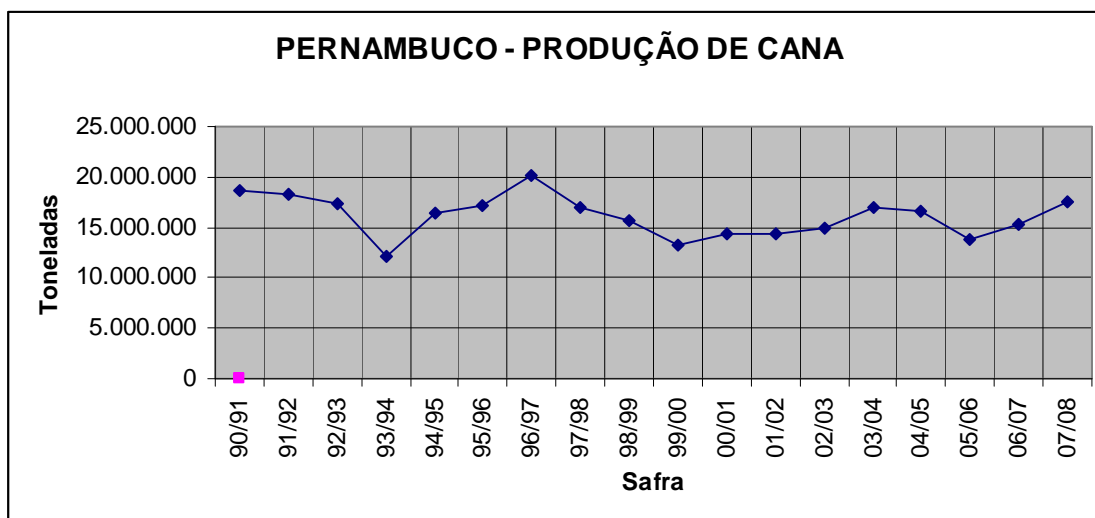
“na área açucareira, observou-se na metade do século XX aglutinação dos engenhos Bangüês – que se mantinham como unidades de produção desde o século XVI – em torno de pequenas e médias usinas. Depois, ainda neste período, as usinas maiores, cansadas de absorver engenhos, passaram também a engolir usinas menores. Quem percorre a área canavieira observa, freqüentemente, ruína de pequenas usinas que desapareceram, absorvidas por outras, ficando como os engenhos estão, de “fogo morto””. (ANDRADE. A terra e o homem no Nordeste. p. 66)

Esse quadro de falência gerou um quadro de desemprego significativo na região, agravando negativamente a condição de vida da população e criando um quadro social insustentável, abrindo assim possibilidades para se fazer uma verdadeira reforma agrária.⁴

Foi justamente na década de 1990, que ocorreu a maioria das ocupações de terras em Pernambuco, em especial na Zona da Mata. A princípio essa mudança no cenário da região suscitou uma esperança no tocante a uma mudança radical no perfil da região, caracterizada por ser domínio do latifúndio agroexportador e explorador da sua mão-de-obra.

No gráfico abaixo é possível acompanhar a produção de cana-de-açúcar desde de 1990 até a safra de 2008.

⁴ ANDRADE, Manoel Correia e ANDRADE, Sandra Correia. A Cana-de-açúcar na Região da Mata Pernambucana.2001.



FONTE: ÚNICA (União da Indústria de cana-de-açúcar).

A convivência do Estado com latifundiários da cana e o cenário atual da Zona da Mata de Pernambuco – Os camponeses submetidos ao capital

O aumento do número de ocupações veio atrelado ao desejo de mudanças no e do perfil socioeconômico da Região, pois, acreditou-se que este seria um meio de uma diminuição do poder de exploração dos usineiros pelos trabalhadores rurais. No entanto, hoje é possível percebermos que esse novo perfil foi e é funcional a lógica do capital do campo. Uma vez esses trabalhadores assentados deixam de ser um encargo aos seus antigos empregadores, mas continuam submetendo a sua força de trabalho aos usineiros a partir da produção da cana dentro da sua própria parcela. No “novo” cenário da produção de cana temos a volta do apoio do Governo Federal aos usineiros como menciona o MST a respeito do caso da Empresa Pernambucana Camaçari Agroindustrial que *obteve isenção de 100% do ICMS e sua previsão é produzir 3 milhões de toneladas de cana até 2009.*⁵

Apesar de “donos” de sua própria terra, parte dos assentados da reforma agrária da Zona da Mata continua numa parcial dependência das usinas, pois, estas a fim de atraírem novos fornecedores de cana oferecem, inicialmente, preços elevados para a compra do produto. Porém, com o decorrer das safras o preço tem uma diminuição significativa, tendo sido possível perceber no decorrer da pesquisa uma diminuição de

⁵ <http://ces.fgvsp.br/index.cfm?fuseaction=noticia&IDnoticia=135574&IDidioma=1>

mais de 50% no preço oferecido pela cana em alguns casos. (Em campo foi possível constatar que a cana era vendida inicialmente ao preço de 35,00 reais e atualmente muitos afirmaram que estavam vendendo a tonelada a 7,00 reais)

Também foi possível perceber que os assentados não têm o conhecimento prévio do valor da tonelada do preço da cana a ser comercializada, além de não participarem do processo de pesagem da sua produção. A respeito da sua pesagem eles apenas possuem uma noção média a partir da área cultivada que eles igualmente não possuem uma noção exata do tamanho da área cultivada.



A prática da coivara, como modelo rudimentar que ainda perpetua na produção agrícola da zona da mata de Pernambuco. Foto: Maria Rita Machado.

Apesar de todos os assentados produtores de cana apontarem que a produção desta cultura não possibilita um bom retorno financeiro, inclusive, com o comentário de muitos que a cana só beneficia “aos grandes” – os latifundiários -, eles apontam como tendo que se render a esta cultura por ser a única possível ter um retorno garantido de comercialização. Apesar da venda certa foi possível constatar, em campo, casos – não raros - de prejuízo ou um pequeno retorno econômico da comercialização do produto. Como fatores agravantes ao baixo retorno da cultura da cana aos assentados estão: a diminuição gradativa e contínua do valor pago na tonelada da cana e o encarecimento

dos insumos como o adubo que segundo foi constatado nas entrevistas teve um aumento de quase 100% de 2007 para 2008.



O corte da cana no assentamento Serra Grande no município de Vitória de Santo Antão.
Foto: Plácido Junior. Novembro/ 2008.

Ainda como fatores relevantes para se continuar plantando está a falta de assistência técnica e crédito para a lavoura branca, de subsistência, no caso da concessão do segundo esses são mal direcionados pelos projetos aos quais estão atrelados. Em mais de um assentamento foi concedido empréstimos para a criação de gado, mas a verba veio parcelada em duas partes, a primeira para a plantação de capim e a segunda para a compra do gado especificamente. No entanto, este gado só poderia ser comprado a um único fornecedor que estava comercializando o gado por um valor superior ao que ele valia, segundo os entrevistados. Outro caso de projeto mau gerenciado foi mencionado por um dos entrevistados. Ele afirmou que um projeto do governo Federal financiou a plantação de inhame de Norte a Sul do país, com isso no período da safra o produto baixou drasticamente no mercado fazendo com que todos aqueles que aderiram ao projeto tivessem um lucro muito baixo ou mesmo prejuízo com esta cultura.

Ainda com base no questionário aplicado, foi possível notar que a maioria dos agricultores desejava que o Governo favorecesse mais o cultivo de alimentos em detrimento da cana. Dentre os motivos estão a rentabilidade durante todo o ano, ao

tempo que a cana só possibilita a renda uma vez ao ano. E a possibilidade de alimentar melhor a família.

Um dos principais fatores de empecilho para a produção de alimentos não se mostrou na produção em si, mas na sua comercialização. Enquanto o comprador da cana se “responsabiliza” pelo transporte – pago pelo próprio agricultor – os atravessadores que compram os demais produtos cultivados não fornecem esse serviço o que acaba tornando inviável para alguns camponeses a comercialização dos seus produtos nas feiras da região.

Outro fato curioso a respeito da cana produzida nos assentamentos está no fato de que boa parte dos assentados produtores não vedem a sua produção diretamente as usinas, mas sim, a atravessadores. Desse percentual comercializado é retirada a parte do atravessador, do transporte, do corte, e da associação dos fornecedores de cana de Pernambuco. A retirada do percentual da associação dos fornecedores de cana é compulsória. Mesmo que o camponês não saiba qual o papel dela junto a eles. Para os agricultores que demonstraram conhecer um pouco da associação afirmaram que esta está ao lado dos “engravatados” e que não luta para a melhoria do preço da tonelada da cana.

Neste novo panorama produtivo da cana ainda é relevante apontar que o modo de produção da cana, assim como o da lavoura branca é muito rudimentar. E que em função de uma série de fatores a agricultura camponesa só não é viável dentro da lógica de produção em que estão submetidos os assentados na Zona da Mata de Pernambuco, ou seja, poderiam se viabilizar caso ocorresse uma mudança estrutural na Região.

Tal cenário vem possibilitando uma recomposição nos arranjos territoriais e especialmente uma reestruturação na forma de exploração do trabalhador agrícola. Se contrapondo a essa recomposição é possível assinalarmos o “ciúme” dos latifundiários em relação a terra como menciona CASTRO:

“Homem com ciúme de suas terras mais do que de suas mulheres e horrorizados com o perigo de que estas terras se rebaixem devassadamente a produzir qualquer outra coisa que não fosse cana. Qualquer coisa menos nobre, seja de cultura índia ou negra – mandioca, milho, amendoim, feijão”. (CASTRO, 2001, p.118)

Desta forma, a reforma agrária, ou a política de assentamento, desenvolvidas pelos Governos na Zona da Mata de Pernambuco, alterou a estrutura fundiária, mas não alterou as relações de poder. Ao contrário, subordinou as terras desapropriadas à lógica das usinas, bem como lembra o professor Ariovaldo Humbelino falando sobre o processo contraditório e combinado da acumulação do capital da agricultura brasileira:

“... o capital sujeita a renda da terra gerada pelos camponeses à sua lógica, ou seja, se está diante da metamorfose da renda da terra em capital.”
(OLIVEIRA, Ariovaldo Humbelino. O Campo no Século XXI: Território de Vida, de Luta e de Construção da Justiça Social. 2004, p.42)



Assentados produzindo hortaliças, assentamento Serra Grande, Vitória de Santo Antão, Pernambuco. Foto: Plácido Junior. Novembro/2008.

O que seria uma possibilidade, a partir de um programa efetivo de reforma agrária, de alterar as relações de produção, diversificar a atividade econômica, gerar mais emprego e tornar essa Região um seleiro de produção de alimentos, que poderia

ser comercializada localmente e até mesmo exportada, fortaleceu as marcas injustas do período colonial. A lógica do latifúndio continua presente, desafiando as organizações do campo e a sociedade.

Referências

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária Nordeste . 7. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

ANDRADE, Manuel Correia de Oliveira. **Atlas escolar, Pernambuco** espaço geo - histórico e cultural . João Pessoa: Ed. GRAFSET, 1999.

ANDRADE, Manuel Correia de. E ANDRADE, Sandra Maria Correia. **A cana-de-açúcar na região da mata pernambucana**. - Reestruturação produtiva na área canavieira de Pernambuco nas décadas de 80 e 90: Impacto ambiental, sócio-Econômico e Político.

CASTRO, Josué de, 1908-1973. **Geografia da fome**: o dilema brasileiro: pão ou aço . 9. ed. -. São Paulo: Brasiliense, 1965.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino e MARQUES, Marta Inez Medeiros. **O campo no século XXI**: território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004.